

I.A CASA PRELIMINAR: introdução ao problema, aos objectivos, à estrutura e aos recursos da investigação

“A casa deverá agradar a todos. Ao contrário da obra de Arte que não tem de agradar a ninguém.”

(Adolf Loos, In: *Teyssot, 2010:60*)

1.1. Problema

Entendemos que estudar a casa é também estudar uma dimensão da cidade¹. Rossi aponta que a *“cidade sempre foi caracterizada amplamente pela residência”* (1999:126,127) pois não conseguiríamos considerar a residência como um simples zonamento urbano. Esta afirmação ganha ainda mais sentido quando o autor sublinha que os aspectos tipológicos que caracterizam a residência, ou seja a habitação, estão estreitamente vinculados à forma urbana. Na verdade, as críticas pós-modernas e pós-estruturalistas ao determinismo da arquitectura do *movimento moderno* acabaram por demonstrar as fragilidades do desenho racionalista. Assim, foi na década de sessenta e setenta do século XX, período em que foram revisitados os valores da história e do seu simbolismo, da cultura e da arquitectura vernácula, que emergiram as correntes arquitectónicas pós-estruturalistas², o contextualismo de Rossi, a cultura popular de Venturi (1978) ou o historicismo de Krier. Segundo Hearn (2006:231), estes valores introduziram dinâmicas que levaram a *“novos caminhos no método de desenho”*, fomentados com o aparecimento do computador que assumiu um papel cada vez mais importante na produção arquitectónica. As novas tecnologias permitiram utilizar sistemas que entrelaçam diferentes níveis de informação, bases de dados capazes de operar o projecto do edifício como um ensaio tecnológico e, nalguns casos, estético-simbólico.

Mas, se tudo isto transporta a concepção arquitectónica para uma metodologia que trata o edifício como um objecto, o problema emergente (que esta investigação aborda) incide na dimensão humana que o contexto espacial da casa deve ter. Está hoje

1 Paul-Levy e Segaud escalonam os limites do espaço entre as fronteiras do selvagem, do natural do humano e do habitado. Assim o espaço humanizado é o espaço domesticado, trabalhado pela mão do ser humano (1983:42,43).

2 Consultar o capítulo II – enquadramento Teórico, subcapítulo 2.1.1. – A Casa Compreensiva e os seus conceitos, onde referimos as tradicionais abordagens às dimensões antropológicas da casa, focando os factores estruturalistas e os factores simbólicos: natureza e cultura.

assimilado (herança do *movimento moderno*) que o processo criativo do espaço e da obra de arquitectura é um produto acabado, ou seja, que o trabalho de concepção acaba na inauguração do edifício, restando para os anos seguintes os processos de manutenção ou em casos mais extremos de remodelação/transformação; e aí, o processo (mecanicista) reinicia-se. Acreditamos que o abandono desta ideia será a charneira que marcará a mudança de paradigma no trabalho dos produtores de espaço (arquitectos, urbanistas, engenheiros e das equipas de projecto) das casas no futuro – que é o mesmo que dizer dos edifícios do futuro.

A classificação das casas. Num texto de referência da década de 60, Távora assinalava, referindo-se ao contexto da organização do espaço português contemporâneo, que são tão variados os nossos modos de vida que “*construir habitações que variam apenas, e fundamentalmente, no número de quartos parece uma terrível aberração*” (1982:68). Hoje, num tempo de hipermodernidade (Lipovetsky, 1989) a casa é de novo o palco da mudança do paradigma espacial e antropológico. Porque razão, em Portugal, as nossas casas ainda se estruturam numa classificação baseada num critério mecanicista e desactualizado assente no número de quartos? T1, T2, T3, T4, T5, os “*tês*” aplicam-se indiferenciadamente tanto à casa rural e isolada do território disperso como ao mais mundano espaço habitacional das principais cidades do país. A nomenclatura de uma casa e de um apartamento segue a mesma tabela generalista e indiferenciada que se estriba na estrutura legal. Os documentos oficiais, em especial os de índole burocrática como as cadernetas prediais ou as fichas de habitação, estão desfasados da estrutura social do habitar português. A publicidade e a promoção imobiliária evitam as siglas normativas preferindo destacar os valores imateriais e as características qualitativas do empreendimento ou imóvel. Em vez dos “*tês*” surgem títulos (nomes), qualidades (adjectivos) e elementos constituintes da casa (descritivo), por exemplo, *vistas de mar, boas áreas, sossegado, completamente equipado, decorado por profissionais*, inclusive com referências externas como, *localizado a menos de 500 m da praia*³. Este desfasamento entre o contexto funcional e o contexto simbólico é, também, uma discrepância face à qual as disciplinas da arquitectura e da antropologia

3 Textos encontrados repetidamente na publicidade a empreendimentos imobiliários, em publicações da especialidade, como as revistas Imobiliária, Casas e Negócios ou a Vida Imobiliária, e sítios electrónicos com muita consulta por quem procura casa, como o casas.com.pt ou o casa.sapo.pt.

do espaço não conseguiram apresentar soluções de fácil assimilação pela população. A casa de hoje, em certos aspectos, parece um objecto incompreendido, desajustado da realidade humana e social. Por outro lado, o objecto de análise da antropologia versa o estudo dos diferentes valores culturais e dos sistemas de vida em que esses valores se constituem ou convivem. Isto significa que a antropologia do espaço pretende, como refere Martorell (1997:17), contribuir para organizar a actividade da vida compartilhada, dentro do contexto da antropologia social que pode ser definida como uma “*sociologia comparativa*”, ou seja, o estudo de um vasto leque de sociedades humanas com o objectivo de se desenvolverem teorias gerais sobre como funcionam as referidas sociedades (Layton, 1997:11).É, portanto, no contexto disciplinar da antropologia que pode emergir uma reflexão válida e coeva sobre uma nova forma de classificar a habitação, pois se o espaço é o conjunto de relações que ligam indivíduos ao seu ambiente, então será no âmbito da antropologia do espaço que devemos procurar avançar com as soluções para os eventuais problemas contemporâneos (Paul-Levy e Segaud, 1983:8). Na verdade, hoje, sustentados num razoável domínio disciplinar da arquitectura, da antropologia e do pensamento em ciências sociais, somos compelidos a considerar, tal como Távora, uma “*terrível aberração*” compreender a casa através de uma fórmula sequencial determinada pelo número de quartos. Ainda mais porque essa classificação das tipologias de habitação em “*tês*” surgiu em 1975, dando origem à generalização da primeira letra da palavra tipologia, os “*tês*”⁴, como rótulo de apartamentos (T0, T1, T2, T3, etc.), que passaram a partilhar com as assoalhadas⁵ as

⁴ O Decreto-Lei 650/75, de 18 de Novembro, que introduziu a designação de T (índice número de quartos de uma habitação) ao Regulamento Geral de Edificações Urbanas (Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de Agosto de 1951).

⁵ No documento de 1951 existe uma separação entre compartimentos quantificáveis e compartimentos secundários, sendo salas, quartos e cozinhas considerados como compartimentos. Os “vestíbulos, retretes, casas de banho, despensas e outras divisões de função similar” não obedeciam aos mesmos critérios regulamentares. Esta separação é mais próxima da popular designação das habitações por assoalhadas, sendo assoalhada uma divisão principal de uma habitação, sem zona de águas, logo uma casa de duas assoalhadas inclui quarto e sala. È de referir que regulamentarmente só no último quartel do século XX é que a função da sala ganhou o seu estatuto contemporâneo.

definições quantitativas das tipologias de habitação⁶. Recentemente, na primeira década do século XX, introduziram-se também em Portugal as classes de eficiência energética⁷ que, a par de outros instrumentos como a ficha técnica de habitação, procuraram estabelecer tabelas normalizadas de funcionalidade dos edifícios, nomeadamente das habitações. Deste modo, uma casa nos dias de hoje poderá ser um T3+1, com uma classificação energética A,B,C ou outra letra qualquer, considerada *acessível* ou não, *visitável* ou *adaptável*, independentemente de ser uma moradia, um apartamento, uma habitação num condomínio fechado, numa cooperativa ou mesmo num terreno isolado no interior recôndito do País.

Aqui reside a essência deste trabalho, propor a construção de uma nova forma de classificação das casas, pois se não classificamos as nossas habitações de acordo com as suas propriedades estruturais e/ou simbólicas, isso significa que entre a classificação e a realidade há um desfasamento, ou seja, o modo de classificar não contribui para uma definição compreensiva e compreensível da habitação.

A compreensão das casas. Hoje, será que as casas que os portugueses habitam são espaços compreensivos? Não sabemos se conseguimos responder na plenitude a esta questão, mas estamos convictos que, nas disciplinas que estudam a espacialidade, o tema da habitação tem sido demasiadas vezes um objecto de estudo subjugado aos parâmetros técnicos e deterministas, visando a obtenção de uma classificação estanque ou um rótulo estilístico. E não é esse o nosso caminho. Sublinhe-se que a pergunta se sustenta em dois conceitos que necessariamente procuraremos aprofundar. Em primeiro lugar, contextualizar e mapear estruturadamente a noção de “*casa*” (*será que a casa que os Portugueses habitam...*) e, em segundo lugar, enquadrar a definição específica aplicável ao termo “*compreensivo*” (*...são espaços compreensivos?*).

⁶Ver Capítulo II – Enquadramento Teórico, subcapítulo 2.3 – A Casa Legal, em especial o ponto 2.3.2.3 onde realizamos um enquadramento de quais os regulamentos legislativos em vigor que suportam a designação das tipologias de habitação. Concretamente em relação à classificação dos edifícios, esta classificação segue uma escala pré-definida de 7+2 classes (A+, A, B, B-, C, D, E, F e G), em que a classe A+ corresponde a um edifício com um desempenho energético otimizado, e a classe G corresponde a um edifício com pior desempenho energético. (Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios – RCCTE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40/90, de 6 de Fevereiro).

A promoção de um conceito específico de casa, como se de uma marca ou rótulo se tratasse, desenvolveu-se nos anos oitenta com a ideia de *casa inteligente*⁸, que se reproduziu e evoluiu durante os anos noventa, em novas designações, nomeadamente como *casa sustentável*, *casa bioclimática*, ou, *ecológica*. No entanto, estas designações parecem-nos hoje desadequadas, estando mais vinculadas às estratégias de publicidade ligadas ao sector imobiliário. Por isso, propomos substituir estes chavões por uma nova proposta conceptual, a *casa compreensiva*.

Quando iniciamos esta investigação depositamos naquela proposta de conceito a representação de um impulso congregador das novas tendências, ou seja, da nossa capacidade de indagar se as intervenções nos espaços de habitação funcionam como elementos comuns, transversais, de reunião e de identidade da população. O processo pretendia recolher vários elementos e informações que estimulassem a ideia de que, apesar dos múltiplos modelos existentes, são necessárias novas tipologias no espaço doméstico. Não significa isto que procuramos determinar o novo *arquétipo* da habitação, mas sim uma nova forma (compreensiva e compreensível) de responder aos pressupostos físicos, funcionais e culturais do habitar contemporâneo. Antes de ser um conceito é uma proposta, uma forma diferente de observar a habitação contemporânea. É também a essência do conteúdo promovido pela nossa problemática, que sustentado na criação do perfil conceptual da *casa compreensiva*, simultaneamente teórico e prático, procuramos conduzir nos capítulos que se seguem, através da observação do lugar (espaço-cultural) da casa.

A *convivencialidade das casas*. Como é evidente, quando se inicia uma pesquisa sustentada em novos princípios conceptuais, a temática deve ser objecto de uma investigação que tenha como base processos que possam elencar as características de um novo paradigma. É dentro deste enquadramento que consideramos que a problemática central deste trabalho consiste em construir novos preceitos para que a

⁸ Em 1986 foi criada, nos EUA, a organização Intelligent Buildings Institute (IBI), com o objectivo de promover e apoiar os aspectos relacionados com os edifícios inteligentes. A sua missão foi estabelecer uma definição para o conceito. Um edifício inteligente é aquele que oferece um ambiente produtivo e que é economicamente racional, através da optimização dos seus quatro elementos básicos – estrutura, sistemas, serviços e gestão, e das inter-relações entre eles. Os edifícios inteligentes ajudam os seus proprietários, gestores e ocupantes a atingir os seus objectivos sob as perspectivas do custo, conforto, adequação, segurança, flexibilidade no longo prazo e valor comercial (Nunes, 1995).

casa, esse espaço dos nossos sonhos como diria Bachelard (2003), ou a bolha de imanência como ditaria Augé (Seixas, 2008:328), possa privilegiar a convivencialidade.

O termo *convivencialidade* é aqui aplicado na perspectiva de Ivan Illich, ou seja, representa a nossa intenção de contribuir para que as casas recuperem a sua convivência com o *natural*, afastando-se do *instrumental*. Illich demonstra nas suas obras *A Convivencialidade* (1973) ou *Educação sem Escola* (1974) que o predomínio da instrumentalização é o oposto da convivencialidade e dá vários exemplos, nomeadamente nas áreas da educação e da saúde. O autor refere que a convivencialidade (vista como um diálogo com a natureza) é algo que o ser humano sempre teve e que foi perdendo nos últimos séculos (Illich, 1976). Significa isto que devemos evitar que as habitações actuais sejam um objecto criado utilizando sempre as mesmas ferramentas, pois se assim for, como assinala Illich (1976), produzirão constantemente os mesmos efeitos, criarão casas idênticas, sonhos iguais e os mesmos lugares, ou seja, não-lugares (Augé, 1994), como uma espécie de distopia *orwelliana*.

Se observarmos atentamente, alguns dos movimentos político-sociais denotamos que existem processos que já apontam esse caminho. Constatamos, por exemplo, que a regulamentação portuguesa contemporânea exige garantias materiais e financeiras a quem constrói, para que durante um período de cinco anos esteja garantido o pleno funcionamento e a utilização dos edifícios, em especial os de habitação.

Em linguagem comercial, as casas, os apartamentos, as habitações, quando compradas, possuem uma garantia de cinco anos. A habitação, enquanto bem imóvel, transformou-se num bem de consumo, regulado pelo Decreto-Lei n.º 84/2008, de 21 de Maio, e pela Directiva Europeia n.º 1999/44/CE. Esta tendência de aproximar a *casa* mais a um imóvel do que a uma criação cultural e humana concretiza-se em outros aspectos. Em Portugal os produtores de espaço têm, desde 2005, que realizar um dossiê (ficha técnica da habitação - FTH⁹) contendo as principais características técnicas e funcionais do “*prédio urbano para fim habitacional*”. Assim a casa deve, tal como qualquer outro bem, possuir uma espécie de livro de instruções, que informa sobre os sistemas e as normativas segundo as quais foi construída. Se, por um lado, estas

⁹A FTH foi criada pelo Decreto-Lei n.º 68/2004, de 25 de Março, e o seu modelo aprovado pela Portaria n.º 817/2004, de 16 de Julho, com o intuito de reforçar os direitos dos consumidores à informação e protecção dos seus direitos económicos, no âmbito da aquisição de prédio urbano para habitação, bem como promover a transparência do mercado.

especificações legais espartilharam a construção nova numa série de procedimentos predeterminados, por outro lado, outros dispositivos legais permitem que a configuração interna da habitação (a sua compartimentação) deixe de estar sujeita a aprovação por parte das entidades licenciadoras (RJUE, 2007), podendo, através de recursos que ficaram célebres como fazendo parte dos processos “simplex”, ser quase livremente alterados ou reconfigurados (um apartamento ou uma casa pode fazer obras interiores sem necessidade de licença). Será que esta simplificação provém da necessidade de flexibilização ou é uma componente da adaptabilidade necessária à gestão do parque habitacional?

Na verdade, esta ambivalência legal entre o restritivo e o liberalizado poderá ser confundida com um desfasamento, um paradoxo entre as regras estreitas do projecto e as regras amplas do existente. As leis são, também elas, ferramentas. Será que os instrumentos legais devem incluir e evidenciar a relevância das estratégias convivenciais para que o processo intermediário, de articulação entre o processo criativo e a apropriação do espaço, possa ser mais equilibrado, logo mais compreensivo?

A questão fundamental que emerge deste problema, é que essa articulação, essa compreensibilidade, não deverá ser realizada através de procedimentos de base funcional, determinista ou até jurídica. Julgamos que, tal como refere Seara e Coimbra, são as contribuições das ciências humanas, nomeadamente da antropologia, que têm sido fundamentais na definição de um mais vasto âmbito de análise do ambiente construído. É recorrendo a dados fornecidos por estas ciências que se tem vindo a ultrapassar a análise sectorial, baseada em factores outrora secundários que hoje se tornaram essenciais, porque culturais (1986:91). A forma da casa é antes de qualquer outra coisa um facto cultural, o que quer dizer que a dimensão física e estruturalista é incapaz de responder às mudanças morfo-tipológicas e de comportamento simbólico funcional que a casa pode tomar (Rapoport, 1972:1).

Este é o repto que nos motiva a desenvolver a presente investigação.

1.2. Objectivos

A investigação que aqui apresentamos estuda a *casa* em Portugal no presente, procurando mapear os factores que contribuem para apropriação do espaço doméstico e,

após essa tarefa, visa cumprir a sua finalidade: propor um *projecto compreensivo*¹⁰ para o futuro. Mais concretamente pretende-se:

- a) Construir um novo modelo para a classificação das tipologias de habitação;
- b) Fornecer uma nova ferramenta que auxilie a concepção e organização mais convivencial do habitar.

A elaboração desse projecto será desenvolvida como um quadro, devidamente parametrizado, com o ensejo de constituir uma proposta interdisciplinar que deve assentar num trabalho de observação e reciprocamente reflectir (em jeito de conclusão) muitas dúvidas fundamentadas sobre a construção da habitação contemporânea, propondo e recomendando acções e iniciativas.

Para a concretização deste *projecto compreensivo* necessitamos delimitar um conjunto de etapas, marcos fundamentais da investigação que, através de um trabalho sistematizado, permitirão alcançar as metas propostas.

Etapa 1: Definição de conceitos e parâmetros teóricos

O objectivo teórico deste trabalho é caracterizar as novas tendências de habitação em Portugal, realizando, em primeiro lugar, uma redefinição dos conceitos inerentes ao significado de *casa* e de *espaço compreensivo*, seguida de uma caracterização da “*casa dos portugueses*”¹¹, o que resultará numa enunciação de valores históricos e culturais dos modelos de habitação que nos levaram até às casas que os portugueses produzem e habitam actualmente. Para atingir o nosso objectivo teremos que propor um quadro conceptual que observe a grande variedade de tipos de casas e as formas e as forças que as motivam (gráfico 1).

¹⁰Embora a palavra “projecto” deva ser entendida no seu sentido lato, como um plano para a construção, um desígnio a realizar, deverá sê-lo, também, tal como está presente na génese etimológica do termo, proveniente do latim “projectus” que significa lançado ou lançar para a frente, promovendo o futuro.

¹¹ O termo “*casa dos portugueses*” é aqui utilizado procurando beneficiar da ambiguidade que resulta do seu significado literal. Por um lado caracteriza o estudo efectuado por esta investigação na definição dos modelos existentes de habitação, desenvolvida no capítulo IV, segundo os princípios metodológicos definidos no capítulo III; mas, por outro lado, procura demonstrar a nossa convicção de que este estudo, não sendo probabilístico, não deixa de ser uma caracterização efectiva da habitação portuguesa contemporânea.

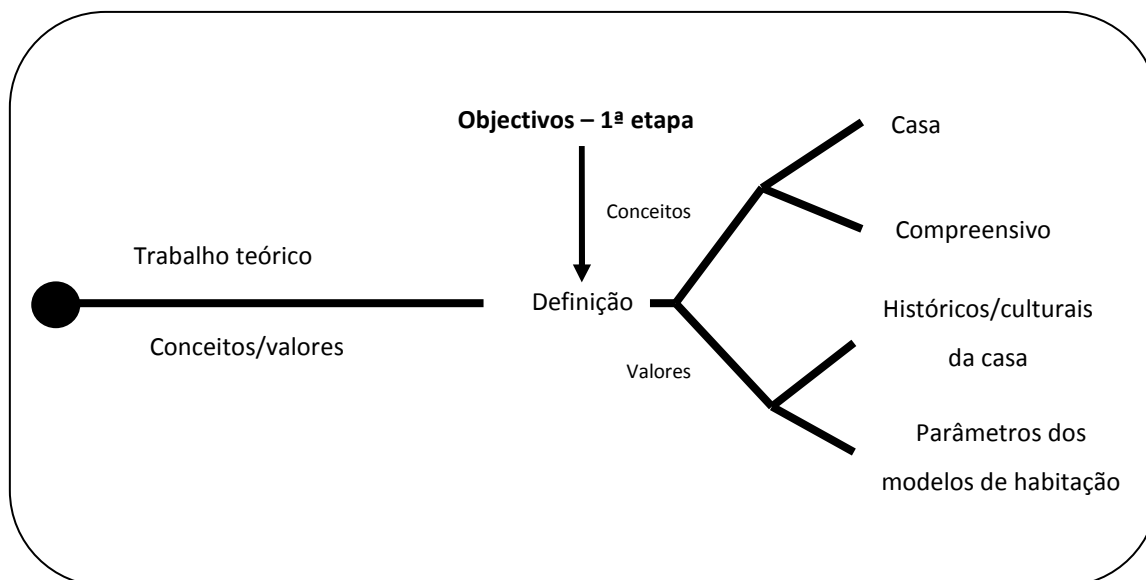


Gráfico 1– Esquema conceptual dos objectivos da investigação – etapa 1

O enfoque da investigação a efectuar debruça-se sobre a multiplicidade de factores considerados no enquadramento teórico. O trabalho teórico desenvolvido na primeira etapa do trabalho determinará a matriz dos critérios aplicados, quer na selecção dos casos de estudo, quer nos parâmetros a analisar. Esses factores provêm dos pressupostos teóricos da antropologia e do âmbito disciplinar da arquitectura, integrando e considerando diversos valores simbólico-sociais e vários valores físico-programáticos, respectivamente.

Os valores sociais implicarão uma estratigrafia dos temas relacionados com a casa, interiorizados no imaginário comum das pessoas. Esta *tematização* implicará um resumido trabalho sobre a evolução social da casa, recusando uma visão estática, ou meramente cronológica, mas antes apoiando-se na metodologia Foucaultiana, centrando a sustentação teórica em diferentes processos de subjectivização. Este mapa da evolução da casa pretende acompanhar as transformações culturais, humanas e históricas, localizar as quebras nas cronologias lineares e as múltiplas questões dos temas consolidados. Ou seja, esta heterodoxia que referimos é simplesmente uma justaposição de ideias e conceitos de diferentes partes nos mesmos lugares, alguns deles paradoxais e contraditórios, necessariamente sobrepostos.

Procuramos trazer alguma ordem a este campo complexo e, assim, criar um melhor entendimento das determinantes da forma das habitações. O assunto, como refere Rapoport, sobrepõe muitas disciplinas, da arquitectura à geografia cultural, da

antropologia à história, do urbanismo à etnografia, aos estudos transculturais, e até mesmo às ciências comportamentais (1969:vii). O tópico da habitação e dos assentamentos humanos, embora relevante, tem sido, segundo o autor, negligenciado ou tratado de forma secundária, explicando que quando as referências a habitações e aos assentamentos ocorrem na literatura antropológica, esses trabalhos tendem a ser mais descritivos do que analíticos. Na arquitectura sobrevalorizam-se os aspectos formais e de desenho e na geografia cultural, por seu lado, que tem considerado a habitação como importante, usa-se apenas como uma ferramenta de diagnóstico ou concentrada na classificação morfológica (Idem).

O objectivo da primeira etapa do trabalho é essencialmente fundamentar e localizar os princípios basilares da habitação humana nas diferentes disciplinas e correntes de pensamento. E, através de um processo de síntese, construir um conjunto de parâmetros que sirvam de sustentação aos processos metodológicos que se pretendem aplicar, nomeadamente, parâmetros geográficos, programáticos, tipológicos, morfológicos, económicos, funcionais, etc.. Este conjunto analítico providenciará os factores constituintes da casa e os parâmetros a explorar e deverão ser critérios com uma base teórica fundamentada e uma coerência histórica e cultural garantida.

Etapa 2: obtenção de uma análise das tipologias de habitação em Portugal

Após a sistematização do trabalho desenvolvido na primeira etapa do trabalho, a segunda etapa será concretizada com a elaboração de uma análise empírica das tipologias de habitação em Portugal continental. Através do estudo de uma amostra de habitações, realizaremos uma avaliação no sentido de aprofundar os critérios funcionais e simbólicos que a população valoriza na selecção das suas casas. Este desiderato implica a contextualização de uma narrativa social que será fundida com os diferentes valores programáticos e técnicos, dos quais destacamos: a forma e funcionalidade das habitações, a disposição em planta, a composição de cada espaço, as fenestraçãoes, bem como de diversos outros parâmetros vinculados às ideias que o utilizador elege como critérios que influem na apropriação e gestação de identidade da sua habitação. Esta estratégia procura que a casa seja analisada sob a perspectiva antropológica (com a sua observação dos objectos e dos comportamentos do ser humano), da teoria da arquitectura (especificando a gramática e a linguagem construtiva), da história (com o seu espírito do tempo), da sociologia urbana (com a sua contextualização social), mas

integrando também de outros aspectos mais cientificamente dispersos, tais como a identidade nacional portuguesa, as peculiaridades da habitação em Portugal, o enquadramento legislativo (que nem sempre segue a par da história) e, finalmente, algumas incursões sobre o pensamento e as personagens contemporâneas que refletem sobre o espaço cultural da habitação.

Esse processo será realizado segundo os parâmetros metodológicos definidos e organizará os exemplares de habitação sintetizando-os em modelos que representam famílias de tipologias (gráfico 2).

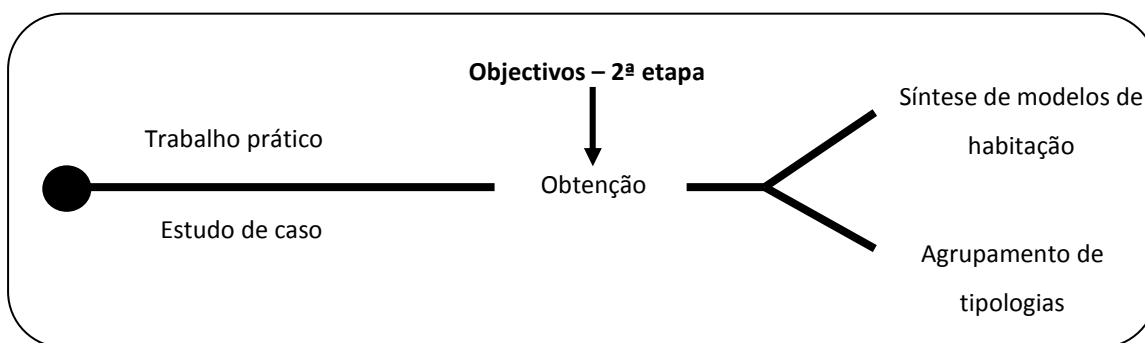


Gráfico 2- Esquema conceptual dos objectivos da investigação – etapa 2

Por outro lado, as tipologias de habitação serão também divididas, estudadas e agrupadas com técnicas qualitativas de análise e técnicas quantitativas de investigação que nos possam ser úteis, como é o caso da análise de agrupamentos (*clusters analysis* ou *clustering*). Procuraremos sintetizar séries tipológicas, buscando elementos comuns, mas também rupturas sistémicas entre o universo do estudo.

Etapa 3: Proposta de criação de instrumentos auxiliares e convencionais para a construção de habitações mais compreensivas

Após a obtenção de uma síntese e de um agrupamento dos modelos de habitação em Portugal, a terceira etapa consiste na definição de um conjunto de propostas para que a habitação contemporânea possa ser uma *casa compreensiva*. Este objectivo será atingido com a elaboração de um documento que concatene recomendações e asserções capazes de caracterizar a realidade social e cultural, e participar nos modelos tipológicos de habitação.

O objectivo final desta investigação possui, no entanto, um pendor mais prático e é, podemos afirmá-lo, particularmente mais ambicioso, pois consiste numa nova denominação conceptual da casa que afirma a necessidade de decretar obsoletos os “*tês*” das tipologias de apartamentos e propor uma nova grelha de classificação dos espaços de habitação. Actualmente, o processo de normalização das designações de edifícios, das tipologias e até das medições de áreas é de difícil compatibilização. O que é uma área bruta ou útil para efeitos de licença municipal não corresponde à normativa fiscal do código do imposto sobre imóveis, nem aos valores apresentados na construção civil, na comercialização de imóveis, nem sequer aos parâmetros internacionais de avaliação imobiliária. É óbvio que hoje existem sistemas de classificação das habitações díspares e desconexos entre várias áreas do saber. O *Regulamento Geral de Edificações Urbanas* compartimenta em “*tês*” indiferenciadamente e os parâmetros estatísticos oficiais (INE¹²), separam os edifícios de habitação em duas famílias, as casas (moradias unifamiliares) e os prédios de apartamentos (habitação multifamiliar). O nosso modelo será um instrumento inovador que pretende reclassificar as habitações, segundo os seus critérios programático-funcionais (cozinha, sala, quartos, t1, t2, t3, etc.), mas também segundo critérios económico-materiais (desempenho energético, avaliação imobiliária, fiscal, etc.). E ainda, se possível, segundo os seus critérios sociais, históricos e simbólicos (qualidade de vida, identidade, flexibilidade, polivalência dos espaços, etc.), mais próximo do modelo utilizado na CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde) que realiza uma abordagem mais multi-sistémica. Por um lado, procuraremos estabelecer uma classificação generalista, mas também definir outras matrizes de classificação, nomeadamente uma classificação comercial inteligível ao cidadão comum, articulada com uma classificação técnico-legal, que por sua vez se enquadre na classificação científico-académica teoricamente adequada.

Assim, esta investigação parte da análise dos modelos e das tipologias de habitação em Portugal para construir um novo instrumento, uma ferramenta que proponha uma nova classificação da habitação. Mas não só. Pretendemos desenvolver

¹² Instituto Nacional de Estatística (INE).

um logiciário¹³ para a concepção e auxílio na construção do projecto de arquitectura e especialidades, bem como para apoiar, posteriormente, os produtores de espaço¹⁴ a conceber casas que aprofundem os mecanismos de linguagem, composição arquitectónica e organização funcional que podem promover a convivencialidade (Illich, 1973) na concepção do *habitat*. Este logiciário será uma *ferramenta convivencial* que pretende corresponder à classificação coeva e multidisciplinar, normalizada das tipologias de habitação (gráfico 3).

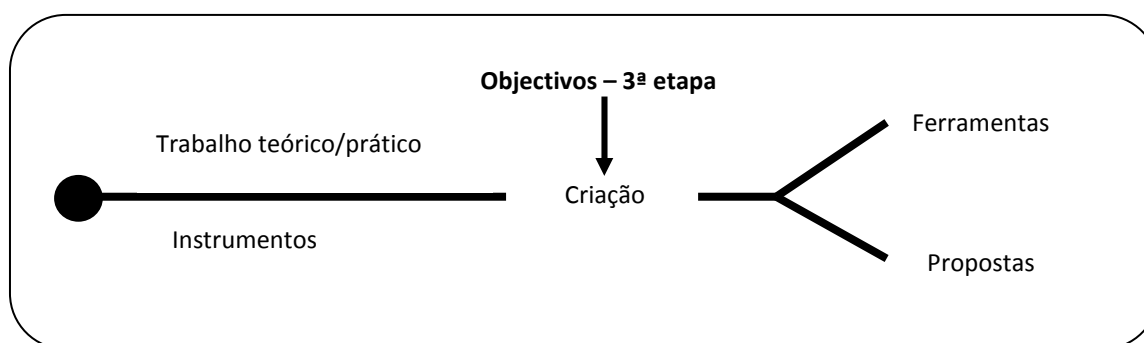


Gráfico3 -Esquema conceptual dos objectivos da investigação – etapa 3

1.3. Estrutura

Esta investigação é, por analogia, uma *casa* e também é um conceito, ou seja, uma tipologia constituída por modelos que agregam espaços e se organizam numa determinada ordem sob a lógica dos valores funcionais, simbólicos e sociais.

¹³Entendemos por logiciário uma espécie de software, neste caso uma matriz de um instrumento que permita auxiliar arquitectos e engenheiros. Este logiciário compreensivo inclui-se no projecto em desenvolvimento na Universidade Fernando Pessoa que pretende, através de um conjunto de trabalhos de investigação académica, desenvolver uma ferramenta que, além de reclassificar as tipologias, possa fazer a revisão em fase de projecto dos seus parâmetros compositivos. Por exemplo: se uma tipologia de habitação possui um determinado programa, ela deve possuir um conjunto de infra-estruturas fixas e não fixas que se articulam, o que deriva em matérias tão frugais como saber quantos pontos de alimentação de energia deve ter uma cozinha, ou qual a capacidade volumétrica dos armários para um agregado familiar de 3,4 ou 5 pessoas, ou ainda qual o espaço que geralmente ocupam os elementos de uso esporádico de um agregado familiar médio (serviço de pratos, copos, bebidas, jogos, etc.). Ou então um pouco mais complexo, como qual o consumo energético provisional da casa em função de diferentes sistemas de aquecimento ou de um uso determinado. Mas esse trabalho, tendo sido espoletado por esta investigação, representará outro estádio, ulterior, da casa compreensiva, desenvolvido por trabalhos monográficos do Mestrado Integrado de *Arquitectura e Urbanismo da Universidade Fernando Pessoa*.

¹⁴Aplicámos a designação de “produtores de espaço” ao conjunto de intervenientes na produção do espaço, considerando as definições e o pensamento de vários autores, como Lefébvre, Castells, Gottdiener, etc.

A redacção da tese estrutura-se em seis *casas*, e em todas elas utilizamos repetidamente em títulos e subtítulos um elemento comum, a *casa*. DaMatta refere que um “*livro é como uma casa*”- tem fachada, jardim, sala de visitas, quartos, cozinha, etc. (1997:11, 12) - e a propósito da sua obra *A Casa e A Rua* afirma receber o leitor com todos os sentimentos e pede que este o acompanhe através da sala de visitas, não sem antes o precaver que o seu propósito começou como uma ideia e não como um projecto acabado: “*não sou um engenheiro civil mas estudante das coisas humanas*” (Idem:13). O arquitecto português Raul Lino mistura indiferenciadamente os termos, ora salas, ora divisões, ora compartimentos, mas quando quer reforçar o carácter do espaço a que se refere para além da sua função programática e dar-lhe a dimensão de *lugar*, chama-lhe *casa*. Disso é exemplo quando se refere ao espaço de convívio, “*parece que a melhor divisão numa habitação devia ser a «casa de estar». Aí se reúne a família e se recebem os amigos a qualquer hora do dia.*” (Lino, 1991:87)

Provavelmente influenciados pelos vários autores que vinculam a palavra casa a um significado não apenas programático mas também semiótico, optámos por baptizar cada um dos capítulos e subcapítulos deste trabalho não como meras compartimentações ou divisões, mas sim como se cada um fosse uma *casa*.

Assim a nossa estrutura principal segmenta-se em seis casas: *A Casa Preliminar* (Introdução), *A Casa Teórica* (Enquadramento teórico), *A Casa Processual* (Metodologia), *A Casa dos Portugueses* (Investigação empírica e tratamento de dados), *A Casa como uma Proposta Compreensiva* (Análise de resultados e proposta de ferramentas de utilidade para as habitações) e *A Casa (in)Concluída* (Conclusões). E serão estas *casas* (vocábulos que utilizamos desde o título) que se transformam em várias casas, representando cada compartimento da tese, cada capítulo e também cada subcapítulo que determinam a estrutura de redacção da tese (gráfico 4).

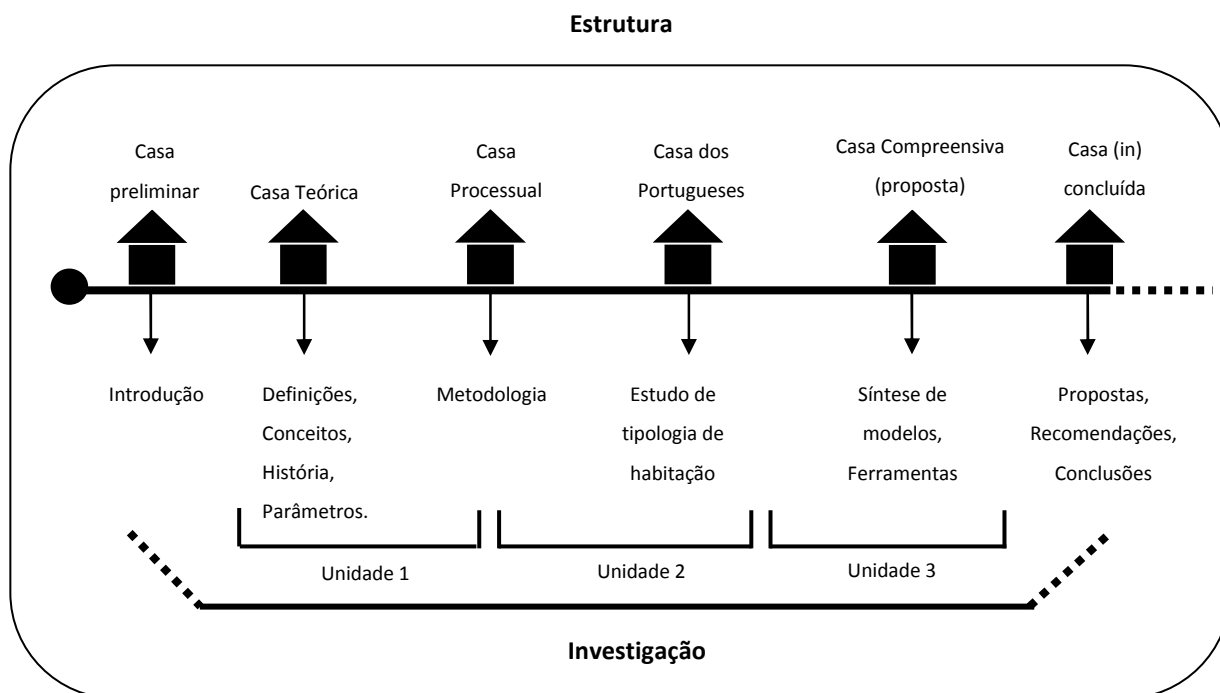


Gráfico 4 - Esquema representativo da estrutura e das unidades de investigação

No primeiro capítulo (*A Casa Preliminar*) são lançados os pilares da investigação, nomeadamente a sua problemática e os objectivos da tese. No segundo capítulo (*A Casa Teórica*) iniciamos o percurso pelo enquadramento teórico. O texto, na sua globalidade, constitui-se como um percurso conceptual sobre o(s) tema(s) da(s) casa(s). Este trabalho alicerça-se fundamentalmente na recolha, síntese e confrontação exhaustiva de referências bibliográficas, portuguesas e estrangeiras, seguindo por opção metodológica, não só uma linha cronológica dos temas tratados como também uma lógica de organização temática sob a qual construímos esta base teórica. É uma curta viagem que se inicia na busca do significado dos conceitos de casa (percurso heterotópico), até a uma caracterização histórica e evolutiva do *habitat* humano, desde a antiguidade aos tempos contemporâneos. Procuramos enquadrar também o caso específico português (*A Casa Portuguesa*), realizando uma caracterização generalista de base geográfica e sublinhando alguns aspectos do debate teórico em torno da habitação em Portugal. Consideramos também as disposições legais e regulamentares (*A Casa Legal*), com o enfoque centrado no caso específico do nosso País. Finalmente, nesse suporte teórico procuramos também perceber os factores, as características e as tendências de mudança do habitar contemporâneo (*A Casa Actual*), procurando realizar uma leitura de processos que estimulem os novos paradigmas do *habitat*.

No terceiro capítulo (A Casa Processual) desenvolvemos os processos metodológicos que nos conduzem à investigação. Para atingir os objectivos pretendidos utilizamos uma metodologia qualitativa, pois esta investigação pretende aferir dados e incorporar cientificamente conteúdos analíticos, sem prejuízo dos contributos avulsos que serão efectuados pela utilização, de metodologias quantitativas. No entanto, não será esse o enfoque metodológico. Os parâmetros e critérios a aplicar nas técnicas metodológicas foram ditados pela base teórica do capítulo anterior e efectuadas no contexto do enquadramento teórico que o trabalho exige. Nesta *Casa Processual* definimos o modelo operativo, os critérios de agrupamento, a classificação e selecção de casos de estudo, bem como os parâmetros de análise das tipologias de habitação e os modelos de confrontação/investigação.

No quarto capítulo (A Casa dos Portugueses) partimos do conjunto de dados recolhidos na amostra de tipologias de habitação e desenvolvemos uma caracterização genérica da casa dos portugueses. Esta caracterização procurou estabelecer pontos de contacto com a realidade cultural portuguesa, fornecendo um conjunto de informações actualizadas e pertinentes. Assim, o capítulo inclui Indicadores relevantes sobre os habitantes, os edifícios e as tipologias de habitação em Portugal, mas também refere os modos de dimensionamento das tipologias de habitação, o espaço interior e os seus elementos de relação com o espaço exterior. Finalmente, nesta *Casa dos Portugueses*, que pretende ser um *estado da arte* sobre a habitação contemporânea, analisamos famílias de elementos morfológicos e da organização compositiva das tipologias de habitação segundo princípios disciplinares de incidência cultural e arquitectónica.

No quinto capítulo (A Casa como uma Proposta Compreensiva) apresentamos três subcapítulos que representam igualmente três quadros analíticos dos resultados obtidos diferenciados. O primeiro consiste na elaboração de modelos-síntese de tipologias de habitação constituídos a partir da análise metodológica das estruturas compositivas e programáticas estudadas. No segundo subcapítulo aplicamos uma ferramenta estatística de análise de agrupamentos sobre a amostra de tipologias recolhidas e as suas múltiplas variáveis, sejam ordinárias (numéricas) ou categoriais (nominais). Finalmente, no terceiro subcapítulo propomos dois instrumentos de utilidade compreensiva, uma ferramenta computacional amigável e uma nova tabela de classificação das tipologias de habitação.

No sexto capítulo (A Casa «in»Concluída) compilamos algumas das reflexões sobre os novos paradigmas do habitar, da sua evolução humanista e dos factores de compreensibilidade, onde são sintetizadas as conclusões alcançadas através da investigação.

Estrutura das unidades de investigação. Para lá da redacção e da sua compartimentação, importa sublinhar que em termos organizativos a estrutura do trabalho divide-se em três *unidades* de estudo. Cada uma destas unidades representa uma *peça* importante, sendo que essas *peças* serão indissociáveis, pois quando reunidas conformam o projecto de *casa compreensiva* que pretendemos apresentar. Na *primeira unidade*, o trabalho incide numa reflexão sobre os conceitos de habitação, as palavras, os significados, o corpo disciplinar e a evolução histórica. Além disso considera-se o enquadramento legal e a relação cultural e geográfica com Portugal, bem como o aprofundar de critérios de apropriação e utilização do espaço, de forma a estabelecer os ditames que definem os parâmetros metodológicos a aplicar.

Na *segunda unidade*, a que chamamos a *Casa dos Portugueses*, partiremos de uma recolha de casos de estudo constituída por uma amostragem por conveniência, de base qualitativa, baseada em critérios¹⁵ que nos permitam deduzir problemáticas específicas e realizar uma análise dos parâmetros funcionais e simbólicos que a população valoriza nas tipologias de habitação contemporânea de Portugal continental. Os critérios definidos metodologicamente organizam a recolha e a pesquisa a efectuar, introduzindo regras que permitem procurar exemplos de dimensão variável, com esquemas funcionais diferenciados, organização programática distinta, localizações diversas, etc.

Na *terceira unidade* realizamos uma síntese dos modelos analisados que emerge do estudo efectuado. Em paralelo, a partir desse trabalho de pesquisa, construímos uma ferramenta convivencial, que sumariza o resultado de toda a investigação.

¹⁵ Considerando que não utilizamos uma amostra estatística, probabilística, mas sim um estudo de caso contextualizado, definimos um conjunto de critérios instrumentais, de base epistemológica, que fornecessem o auxílio essencial à construção de um levantamento qualificado de habitações que permite uma caracterização científica das tipológicas de habitação.

1.4. Recursos e redacção

Nesta investigação, para além dos recursos provenientes dos arquivos e das bibliotecas nacionais, para o extenso trabalho de campo desenvolvido foi fundamental o apoio logístico e material prestado pela Universidade Fernando Pessoa¹⁶, a disponibilidade de informação prestada pela Ordem dos Arquitectos Portugueses, e as colaborações informais de algumas Câmaras Municipais¹⁷, bem como o empenho e trabalho de algumas empresas privadas¹⁸ e alguns particulares.

Importa ainda acrescentar que ao longo desta tese utilizamos algumas normas e procedimentos de redacção do texto que interessa aqui clarificar:

- i) As referências e citações bibliográficas foram elaboradas de acordo com a “Normas de estilo para teses de doutoramento” da *Universidade Fernando Pessoa* e preocupamo-nos em referenciar, sempre que no texto se incluam frases ou ideias directas dos autores citados, as páginas ou os conjuntos de páginas a que se referem as citações ou confrontações bibliográficas.
- ii) As citações directas de fontes estrangeiras que apresentamos são sempre traduzidas livremente pelo autor, pelo que este facto não é referido individualmente para cada citação.
- iii) Os *itálicos* são utilizados em palavras que denotem conceitos ou ideias explanados anteriormente e que se referem, em geral, a um autor específico ou a referências que já estão implícitas no desenvolvimento do texto.
- iv) As «aspas» referem-se a palavras-chave ou conceitos com especial relevância no desenvolvimento do discurso, cuja significação tenha sido já explanada ou que se assume ser de conhecimento público.

¹⁶ Nomeadamente no contexto do curso de *Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo* e do *NERDs-M - Núcleo de Estudos de Ritmos e Dinâmicas Metropolitanas da Universidade Fernando Pessoa*, onde a colaboração do mestrando Pedro Vaz Costa e a coordenação do Professor Doutor Paulo Seixas e do Professor Doutor Luís Pinto de Faria permitiram a concretização deste trabalho de investigação.

¹⁷ Como Mirandela, Vila Real, Bragança, Viseu, Aveiro, Guimarães, Sintra, Coimbra e Beja.

¹⁸ Como é o caso do Grupo Invictus, S.A., da Oval – Projectos e da OLV – Serviços.

v) As figuras e os desenhos que acompanham o texto são utilizados neste trabalho sempre que consideramos relevante adicionar elementos gráficos que representem peças de referência visual importantes, quer seja para ilustrar ou para enquadrar conceitos, autores, espaços ou obras de arquitectura paradigmáticas. Deste modo, todas as figuras apresentadas são desenhos originais ou reproduções livremente desenhadas pelo autor, que assim procura uma uniformidade gráfica no sentido valorizar o trabalho e a sua leitura. Cada uma das figuras ou desenhos, quer seja uma reprodução ou reinterpretação, está referenciada segundo a respectiva fonte da imagem ou fotografia original. Estes créditos, constantes na parte final desta dissertação, elencam a base das imagens que se utilizaram e estão bibliograficamente citados. Quando uma figura surge como um desenho original do autor desta investigação, esse facto é igualmente assinalado.